

O Argumento Ontológico do Realismo de Peter Frederick Strawson

Peter Frederick Strawson Realism's ontological Argument

Márlon Henrique Dos Santos Teixeira¹ (UFSM – Santa Maria –RS)
marlonhenrique@ibest.com.br

Resumo: Strawson defende uma ontologia realista, logo, precisa de um argumento que apresente seus particulares como existindo independentes de nosso conhecimento acerca deles. As análises da noção de referência identificadora consistem no caminho de argumentação escolhido pelo autor. Essas análises nos levarão até a noção de quadro de relações espaço-temporal, a qual é condição necessária para referência e será peça fundamental à formulação de seu argumento.

Palavras-chave: Ontologia; Referência; Quadro espaço-temporal.

Abstract: Strawson defends a realistic ontology, therefore he needs an argument which presents their particulars as independents of our knowledge about them. The analysis of the notion of reference is the way the philosopher has chosen to construct his account of. This analysis will lead us to the notion of spatio-temporal framework, which is necessary condition to refer to, and it will play a fundamental role on the Strawson's argument.

Key words: Ontology; reference; Spatio-temporal framework.

1. Considerações iniciais

Peter Frederick Strawson defende uma ontologia realista, logo, precisa de um argumento que apresente seus particulares como existindo independentes de nosso conhecimento acerca deles. O propósito desse texto é realizar a reconstrução do argumento ontológico de Strawson, o qual deve justificar seu realismo metafísico. No entanto, na reconstrução do argumento do filósofo, pretendemos também indicar quais são os principais conceitos envolvidos em sua argumentação. Assim, como veremos, o filósofo toma a análise da noção de referência como caminho para a construção de sua argumentação. As condições de referência levarão o filósofo à noção de um quadro unitário e singular como uma condição de possibilidade à identificação de particulares espaço-temporais. Tal noção também nos possibilitaria compreender a atuação ordinária de nosso conceito de realidade. No entanto, para que comunicação seja possível, o quadro de

¹ Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

relações espaço-temporal deve ser unitário e singular, assim, algo nele deve permanecer o mesmo em todas suas ocasiões de referência. Logo, devem existir particulares espaço-temporais independentemente de nosso conhecimento acerca deles.

2. Referência Identificadora e Quadro Unificado Espaço-temporal

Strawson era um rigoroso filósofo da linguagem, ou seja, qualquer investigação filosófica digna deveria ser realizada, por razões diversas, desde a análise da linguagem.

Assim, um dos caminhos de uma investigação metafísica tomado pelo filósofo foi à análise das condições de referência identificadora. Logo, sua questão inicial era: quais são as condições em que uma referência é feita por um falante de modo que um ouvinte é capaz de identificar o particular referido? Uma condição suficiente, ainda que não necessária, para que um ouvinte possa identificar o particular referido pelo falante, segundo Strawson, é “que o ouvinte possa selecionar pela vista, ou ouvido, ou toque, ou possa de qualquer outro modo sensivelmente discriminar, o particular sendo referido, sabendo que ele é o particular” (1979, p. 18). Tal afirmação também poderia ser pragmaticamente traduzida do seguinte modo: provido que a pressuposição lógica do enunciado feito pelo falante seja verdadeira, o falante usa uma frase contendo algum mecanismo demonstrativo o qual indica *que* uma referência está sendo feita para algo diretamente localizável. Somando-se a isso, o falante também *pode* usar um termo, cuja força descritiva pode restringir o contexto e/ou invocar o conhecimento identificante acerca do particular referido livrando a referência de qualquer possível vagueza. Assim, o ouvinte, a partir do uso por parte do falante do apropriado termo singular, é capaz de “*diretamente localizar*”, em seu próprio campo de relações espaço-temporal, o único particular que está sendo referido (*Ibid.*, p. 19). Segundo Strawson:

[...] uma coisa pelo menos é clara na identificação demonstrativa: a identidade do campo de particulares, do setor do universo, dentro do qual a identificação é feita. É justamente a cena inteira, o inteiro campo de particulares agora sensivelmente presentes. Não pode haver questões acerca de *que cena* nós estamos falando, ainda que possa haver questões suficientes para *qual* parte delas, *que*

elementos na parte dela, e assim por diante (*Ibid.*, p. 19-20) (o primeiro grifo é do autor, os demais são nossos).

Porém, no tocante às questões referentes a *que* parte da cena está sendo referida e *qual* elemento dentro da parte da cena, segundo o filósofo, “[...] nós temos os meios linguísticos para fixar” (*Ibid.*); a saber, a função dos mecanismos linguísticos de referência demonstrativos e os termos substantivos cuja força descritiva podem restringir o contexto de referência. O filósofo também sugere que as condições de localizações diretas podem ser liberadas para os casos em que o particular referido não está, no momento exato, presente, mas esteve a instantes atrás; casos em que o tipo de demonstrativo, mas, principalmente, a flexão verbal, são mecanismos suficientes para dar conta do aspecto temporal no enunciado. Esse tipo de descrição pode ser chamada, segundo Strawson, de “*identificação demonstrativa de particulares*” (*Ibid.*, p. 19).

Contudo, obviamente, nem todos os casos de identificação podem ser classificados como uma identificação demonstrativa, justamente “porque o particular a ser identificado não está dentro desse campo sensivelmente presente” (*Ibid.*, p. 20). A articulação destas situações, assim como vimos, dá-se com o uso ou de descrições definidas ou nomes próprios. Aqui devemos lembrar que estamos discutindo o sentido de identificação como oposto à especificação ou identificação relativa. Nomes próprios são regidos por convenções *ad hoc*, e o domínio dessas convenções pressupõe o conhecimento claro daquilo que é referido pelo nome, ou seja, pressupõe “um fundo de descrições que possa ser produzido sob a demanda de explicar sua aplicação” (*Ibid.*). Assim, pode ser assumido que o núcleo da articulação dessas situações consiste no uso de descrições. Se tomarmos que os tratamentos dessas situações devem ser entendidos como articuladas por descrições definidas² em termos gerais somente, então se segue o seguinte problema: dada uma descrição, por mais detalhada que ela possa ser, sempre será teoricamente possível que o ouvinte possa entendê-la como se aplicando para uma situação distinta daquela que o falante pretendeu referir, pois é sempre possível haver uma “reduplicação”, de modo que

² Ainda que descrições definidas, neste contexto, sejam os mesmos tipos de frases que Russell pretendia elucidar com sua Teoria das Descrições, o tratamento aqui não se assemelha ao dado por Russell, uma vez que não seriam tomadas como expressando uma forma lógica enganosa.

uma descrição, em termos gerais somente, aplique-se ambigualmente a mais de um ambiente constituído pelas mesmas características gerais, independentemente dos detalhes que possam ser acrescentados para a descrição. Há dois aspectos que devem ser trazidos neste momento para solução do problema. O primeiro aspecto é a função que a noção de conhecimento identificante cumpre no contexto, mas, principalmente, as funções que os termos precisamente usados pelo falante cumprem na identificação do particular referido. Deste modo, não é necessário que o ouvinte saiba exatamente que uma descrição usada pelo falante se aplica unicamente para uma exata parcela de uma determinada cena, mas, “tudo o que é necessário, a fim de que a identificação seja assegurada, é que o ouvinte deva vir, a saber, sobre o peso das palavras do falante, o que, ou que, particular o falante está de fato referindo” (*Ibid.*, p. 20-21), ou seja, que o falante tenha sucesso em invocar o conhecimento identificante no ouvinte. Porém, a noção posta assim como está ainda deixa a desejar, pois, podemos perguntar: quais as razões que o ouvinte tem para supor que o particular identificado é o mesmo particular que o falante referiu?

Para mostrar como as dúvidas podem ser dissipadas, segundo Strawson, “é suficiente mostrar como a situação de identificação não-demonstrativa pode estar ligada com a situação de identificação demonstrativa” (*Ibid.*, p. 21). Para realizar isso, primeiramente, devemos notar que a pressuposição de que a articulação de situações de identificação não-demonstrativa “repousa ultimamente sobre descrições em termos puramente gerais” (*Ibid.*) é, em si, falsa. Pois, segundo o filósofo,

[...] ainda que o particular em questão não possa ser em si demonstrativamente identificado, pode ser identificado por uma descrição que o relaciona unicamente para outro particular que pode ser demonstrativamente identificado. A questão, qual setor do universo ele ocupa, pode ser respondida relacionando esse setor unicamente para o setor que falante e ouvinte eles próprios ocupam. (*Ibid.*)

Assim, para exemplificar, imaginemos que um falante queira identificar para um ouvinte um particular não presente por meio do uso de uma descrição tal como ‘O comerciante de ferros da cidade faleceu’. O ouvinte, desconhecendo tal fato, replica: ‘Não conheço, onde ficava o estabelecimento?’. O falante dá o endereço, mas, infelizmente, o

ouvinte desconhece tal rua. Assim, o falante buscará conectar o particular que ele intenta identificar para o ouvinte por meio de uma referência que conecte ‘O comerciante de ferros’ com algum particular presente ou que ele julgue que o ouvinte conheça. Assim, o falante tanto poderia referir por meio da descrição ‘O senhor coxo amigo de seu pai’ ou, com ajuda do contexto e da sorte, poderia referir ‘O senhor que era amigo desta senhora que acaba de passar’, e uma vez que o ouvinte saiba quem é a mulher que acaba de passar ou tenha conhecimento do fato de que havia um senhor coxo que era amigo de seu pai – neste caso a descrição falha se houvesse mais de um amigo coxo amigo de meu pai, há uma pressuposição de unicidade também por parte do falante –, então se seguiria que o ouvinte poderia identificar o particular referido como o único que mantém certas relações com outros particulares cujos fatos ele conhece e que também mantém certa relação única com alguns particulares e lugares que ele poderia diretamente identificar.

A exposição prévia começa a prefigurar que as condições de referência revelam um sistema de relações espaço-temporais necessário para a determinação da identidade de indivíduos cuja identificação depende do cumprimento de requerimentos contextuais, a saber, os particulares espaços-temporais. Dado isso, Strawson conclui que: “Para todos os particulares em espaço e tempo, não é somente plausível supor, é necessário admitir que haja justamente um tal sistema: o sistema de relações espaço-temporal, no qual todo particular está unicamente relacionado a cada outro” (*Ibid.*, p. 22). A necessidade da existência de tal sistema advém do fato de que quando não há meios de relacionar o particular referido com o conjunto de particulares que o ouvinte conhece, não há nada que impeça que a referência identificadora apenas identifique o particular relativamente. Assim, se é negada a existência do sistema de relações espaço-temporal, então não há nada que possa distinguir, nos casos de referência não-demonstrativa, uma especificação de uma identificação.³ Ou seja, suponhamos que todos os fatos mencionados pelo falante, no exemplo acima, fossem desconhecidos pelo ouvinte – ele nem sabia que havia um único homem coxo que era amigo de seu pai e nem sabia qualquer fato que pudesse relacionar a

³ Strawson (1979, p. 18) usa o termo “*relative identification*”, pois, tal identificação é relativa ao relato de algum falante. Porém, parece mais conveniente usar o termo especificação como oposto a identificação no sentido não relativo.

mulher que havia passado recentemente em sua frente com o particular que o falante queria identificar. Mesmo assim, o ouvinte identifica dentro do relato do falante aquele particular referido como o único particular, dentro de seu relato, que mantém essas específicas relações mencionadas por ele. O falante ainda poderia introduzir outro particular em seu relato falando que ‘Anos atrás o comerciante que morreu havia matado a vizinha de seu estabelecimento comercial’ e o ouvinte, sem saber o local do estabelecimento, é competente, a partir do relato do falante, de seguir ouvindo sua história, mesmo quando ele passa a referir para os dois particulares por meio de ‘ele’ e ‘ela’. O ouvinte identifica cada um deles dentro do relato do falante, mas é incapaz de identificar o particular em seu próprio sistema de relações espaço-temporal. Assim, do fato de que nós referimos não-demonstrativamente com pleno sucesso a particulares, de modo que, frequentemente, ambos, falante e ouvinte, entendem perfeitamente o que está sendo referido, segue-se que é *teoricamente* necessário reconhecer a existência de um sistema de particulares espaços-temporais inter-relacionados por meio do qual conseguimos identificá-los. A qualificação ‘*teoricamente* necessário’ é preciso, pois, na prática, tais problemas não existem. Nós jamais, em diálogos, temos o temor de estarmos especificando algo em vez de estarmos identificando algo; ou de que, frequentemente, não haja segurança se uma descrição realmente se aplica para um único particular conhecido. Essas são meramente ansiedades teóricas, mas que auxiliam a revelar certos traços acerca de nosso “esquema conceitual” (*Ibid.*, 1979, p. 23).

3. Quadro de Relações Espaços-Temporais e Realidade

As descrições das condições de referência culminaram na noção de um esquema de um quadro espaço-temporal cuja possessão é condição de possibilidade para que uma referência identificadora possa ser realizada com sucesso nos casos de particulares espaços-temporais. Em suma, a condição consiste na possessão do conhecimento identificador acerca dos particulares, o qual forma uma rede inter-relacionada onde cada particular identificado é incorporado nesta rede se relacionando com os demais. A noção de quadro de relações espaço-temporal tem necessariamente um sentido de unidade. Destarte, o quadro que certo indivíduo faz uso para compreender o mundo e situar-se nele é o mesmo quadro

que todos nós fazemos uso com os mesmos fins. Tal sentido é fixado, pois, ambos, falante e ouvinte, fazem parte do quadro de relações espaço-temporal, ou seja, encontram-se dentro deste quadro, como particulares que também estabelecem relações nesse quadro. Se a unidade peculiar ao quadro não fosse independente dos sujeitos individuais que o usam, então:

[...] nós não acharíamos sempre significativa não somente perguntar como quaisquer duas tais coisas são espacialmente relacionadas em qualquer tempo, as mesmas para cada um, mas também inquirir acerca das relações espaciais em qualquer tempo em qualquer momento de sua história para qualquer outra coisa em qualquer momento de sua história, quando os momentos são diferentes (*Ibid.*, 1979, p. 31).⁴

Cabe frisar que esse sentido é possível uma vez que a noção de referência é entendida intersubjetivamente como uma ocorrência espaço-temporal no mundo, pois, se em vez disso, como afirma Strawson, “[...] suponhamos que ‘aqui’ e ‘agora’ e ‘isso’ e todas essas palavras centradas na elocução referissem para algo privado e pessoal para cada indivíduo usuário delas”, então “[...] sobre essa base, haveria tantas redes de relações, quanto mundos, quanto há pessoas” (*Ibid.*, p. 30). Deste modo, a noção de referência strawsoniana não somente supre uma base pela qual podemos entender a noção de quadro de relações espaço-temporal, mas também, entendida desde a comunicação, possibilita que a noção de quadro tenha o sentido de unitário.

Ainda que nós, frequentemente, na *prática*, ao identificarmos algo ou fazermos uma referência identificadora, “[...] não relacionemos *explicitamente* os particulares dos quais nós falamos para nós mesmos ou outros itens da presente situação de referência” (*Ibid.*, p. 24) (grifos do autor),⁵ segundo Strawson:

⁴ O exemplo de Strawson (1979) neste ponto é o de alguém que relaciona sua localização espacial em seu tempo com algo/alguém que esteve/ocorreu no mesmo lugar muito tempo atrás. Assim, é possível para nós usuários do quadro conceitual visitar a Normandia e nos darmos conta de que aquele é o mesmo lugar onde há 66 anos atrás ocorreu O Dia D.

⁵ Esse tipo de relação não se realiza explicitamente, pois, em geral, o contexto atua de forma a suprir essas necessidades; em outras palavras, o conhecimento do falante mais aquilo que ele conhece do ouvinte juntamente com as circunstâncias, normalmente são suficientes para que o ouvinte identifique o referido desde a expressão que é usada pelo falante (Strawson, 1979, 2004).

Nós não podemos negar que cada um de nós está, em qualquer momento, em posse de um tal quadro, um quadro unificado de conhecimento de particulares, no qual nós mesmos e, usualmente, nosso ambiente imediato, temos lugar, e do qual cada elemento está unicamente relacionado para qualquer outro e logo para nós mesmos e nosso ambiente. Não pode ser negado que esse quadro de conhecimento supre um meio unicamente eficiente de acrescentar particulares identificados em nosso estoque. Esse quadro nós usamos para esse propósito: não somente ocasionalmente ou acidentalmente, mas sempre e essencialmente. É uma verdade necessária que qualquer novo particular do qual nós aprendemos está de algum modo identificadamente conectado com o quadro [...] (*Ibid.*).

Admitindo que as razões teóricas não sejam suficientemente claras para estabelecer a relação necessária entre identificação e posse do quadro unificado de conhecimento espaço-temporal e no encalço de suportar todas essas afirmações categóricas, Strawson então passa a considerar se realmente os requerimentos práticos para a identificação de particulares espaço-temporais devem ser sempre equivalentes aos requerimentos contextuais. Ou seja, se não haveria um meio de evitar expressões linguísticas cujo sucesso em identificar dependam da relação com outros particulares conhecidos do quadro espaço-temporal, referindo por meio de expressões que somente exigissem o conhecimento das convenções linguísticas que as governam.⁶ Se existir um tipo de fato qualquer que ofereça outro tipo de relação – excetuando fatos particulares que relacionam o particular visado de algum modo com outros itens do quadro unificado de conhecimento de particulares espaço-temporais – que possa identificar um particular para um ouvinte, então o uso do quadro espaço-temporal deixa de ser “[...] uma verdade necessária que qualquer novo particular deva estar de algum modo identificadamente conectado com o quadro” (*Ibid.*).⁷

Há um tipo de fato apresentado por expressões chamadas, por Strawson, de “descrições individualizantes puras” (*Ibid.*, p. 26). Tais descrições “podem ser formadas começando com frases como ‘o único...’ ou ‘o primeiro...’ e assim proclamarem, por assim

⁶ Pode-se dizer, no tocante a esse ponto, que ‘requerimentos contextuais’ é equivalente a ‘estabelecer relações entre um novo particular e outros já identificados em nosso quadro de modo a introduzir o novo particular ao quadro de conhecimento de particulares’.

⁷ Devemos notar que neste parágrafo se fala primeiro sobre expressões e, logo, sobre fatos. Aqui não há diferença, uma vez que essas expressões são utilizadas para apresentar fatos, embora nem todo uso necessariamente venha a ter sucesso em introduzi-los.

dizer, a unicidade de sua aplicação” (*Ibid.*). Evidentemente, os enunciados que forem realizados com o auxílio de tais expressões não devem conter nomes próprios de pessoas, ou nome de lugares, ou datas, ou incluir elementos demonstrativos, ou relacionar qualquer elemento contextual, que, dada sua elocução, sejam exigidos para situar o particular no quadro espaço-temporal, pois, se assim for, então, de um modo ou de outro, a introdução, em última instância, estaria repousando sobre o quadro unificado de conhecimento de particulares espaço-temporais (*Ibid.*). Assim, segundo o filósofo, estariam excluídas expressões como: “‘o primeiro garoto na classe’ [...], pois ela depende do contexto para que seu uso determine sua aplicação. ‘O primeiro cachorro a nascer na Inglaterra no século dezenove’ [...], pois ela contém uma data e um nome de um lugar” (*Ibid.*, p. 26). Mas, “‘O primeiro cachorro a nascer no oceano’ [...] e ‘O único cachorro a nascer no oceano que subsequentemente salvou a vida de um monarca’” seriam descrições individualizantes puras (*id.*). Strawson ainda introduz outra classe de descrições que serviriam aos mesmos propósitos, a saber, descrições individualizantes quase-puras. Tais descrições, segundo Strawson, “[...] dependem da fixação de sua elocução para determinar sua aplicação somente no sentido em que sua aplicação é restrita para o que existiu antes ou existe ao mesmo tempo da elocução. Elas são como as descrições individualizantes puras com a adição das frases como ‘até agora’” (*Ibid.*, p. 26-27). Um exemplo de expressões do segundo tipo é ‘O homem mais alto que já viveu’. Agora, se há sucesso no uso de tais expressões de tal modo a excluir qualquer relação com o quadro conceitual, então se segue que a posse do quadro de referência não seria uma verdade necessária.

A fim de usar tais descrições de modo que sirvam para os propósitos desejados, é também necessário, segundo Strawson, que seu uso venha acompanhado da afirmação de que ambos, falante e ouvinte, “[...] não sabiam qualquer coisa sobre o particular em questão” (*Ibid.*, p. 27). Assim, tal afirmação deve ser equivalente a dizer que o falante e o ouvinte são incapazes de relacionar o particular “[...] com qualquer ocasião de discurso que eles possam conectar com algum item no quadro espaço-temporal comum” (*Ibid.*). Deste modo fica “[...] negada qualquer habilidade de conectar o particular do qual eles afirmam falar com seu quadro geral unificado de conhecimento de particulares, e negada qualquer habilidade de reconhecer tal conexão, se fosse sugerido a eles, como algo que eles

estiveram conscientes, mas esqueceram” (*Ibid.*). A objeção à possibilidade de referir identificadamente com o uso de descrições puras ou quase-puras consiste em notar que: se as condições em que as descrições individualizantes puras são usadas são as, acima mencionadas, então “[...] o falante e o ouvinte não tinham de fato nenhum fundamento, exceto esse da probabilidade geral, para pensar que a descrição individualizante pura tinha qualquer aplicação” (*id.*). Assim, no exemplo acima citado, se não houvesse qualquer cachorro que tivesse nascido no oceano, então a descrição falha; porém se houver dois que tenham nascido ao mesmo tempo, ela falha também. Contudo, Strawson admite que a objeção não seria derradeira, embora não fosse a única possível a ser feita. No entanto, haveria uma inutilidade prática no tocante ao uso de tais mecanismos. Assim, segundo Strawson:

Mesmo se fosse possível satisfazer as condições formais de identificação de particulares de um modo que deixasse o particular completamente apartado ou tolhido, por assim dizer, do quadro geral unificado de conhecimentos de particulares, o feito seria particularmente inútil. *Na medida que nosso conhecimento dele mantivesse esse caráter completamente apartado*, o particular não teria parte a cumprir em nosso esquema geral de conhecimento (*Ibid.*, p., 28) (grifos do autor).

Assim, Strawson conclui:

Por meio da referência identificadora, nós ajustamos as histórias e reportes de outros, junto com as nossas próprias, dentro da história singular sobre a realidade empírica; e esse ajustamento conjunto, essa conexão, descansa ultimamente relacionando os particulares que figuram nas histórias no sistema espaço-temporal singular que nós mesmos ocupamos (*Ibid.*, p. 29).

Por fim, Strawson ressalta que não somente a posse do quadro de conhecimento de particulares é uma condição necessária para que qualquer referência identificadora seja feita, mas que a própria noção governa o que entendemos por realidade. Assim, se alguém nos relata certo acontecimento e lhe é perguntado *onde* ou *quando* aconteceu tal evento, e

como resposta esse alguém responde que “[...] não que ele não soubesse, mas que ele não pertenceu de nenhum modo a nosso sistema espaço-temporal, que ele não tem distância de qualquer lugar daqui, ou distância de tempo de agora”, então, segue o filósofo, “nós deveríamos dizer, concluir de seu dizer, que os eventos em questão não tinham *realmente* ocorrido, que as coisas em questão realmente não existiram. E dizendo isso, nós deveríamos mostrar como nós operamos com o conceito de realidade” (*Ibid.*).

Antes de seguir ao próximo tópico, devemos alertar para certa distinção. A distinção é entre a noção de quadro de relações espaço-temporal ou quadro de conhecimento identificante de particulares e a noção de esquema conceitual. As noções não se equivalem, embora estejam estreitamente relacionadas. Por certo, a noção de esquema conceitual depende da existência de um quadro de referência por meio do qual introduzimos particulares que tenham certa duração temporal a fim de assegurar as relações peculiares de nosso conhecimento identificante. Porém, a noção de esquema conceitual é muito mais geral, pois, se ocupa da relação lógica dos conceitos que são instanciados em toda sorte de particulares que nosso quadro de referência é capaz de introduzir em nossas proposições. Destarte, um grupo restrito de particulares é capaz de instanciar um campo indefinido e complexo de conceitos, os quais formam uma rede conceitual logicamente ordenada. É a primeira noção que tem atraído nossas atenções.

4. Reidentificação: Identidade do Quadro de particulares espaços-temporais + Não-identidade de Referência = existência contínua espaço-temporal

É neste estágio que se dá o desfecho do argumento ontológico de Strawson, o qual estamos tentando construir. Antes de procedermos à construção do argumento serão introduzidas algumas distinções técnicas. As distinções em questão consistem nos dois sentidos de identificação que o autor apresenta. Há dois sentidos em que uma identificação ocorre: uma delas é quando o falante refere identificadamente para um item e o ouvinte identifica o item referido. Neste caso, podemos dizer que o item que o falante refere e o item que o ouvinte identifica é “*o mesmo*” item. Porém, há também o sentido pelo qual o falante, tendo identificado certo particular em uma dada ocasião, no primeiro sentido, é também capaz de identificá-lo como “*o mesmo*” particular em outra ocasião. Assim,

segundo Strawson, “por causa de clareza terminológica nós podemos, quando necessário, distinguir entre identificação referencial, ou falante-ouvinte, de um lado, e reidentificação de outro” (*Ibid.*). Como veremos, é sobre o segundo sentido de ‘o mesmo’ que Strawson apóia sua argumentação ontológica.

O argumento ontológico de Strawson surge com a necessidade de conciliar certos postulados, por assim dizer. Os postulados que Strawson vê necessidade de conciliar são a noção de quadro espaço-temporal de particulares e um conjunto de fatos. Baseado na descrição das condições de referência, Strawson conclui que:

Não há dúvida que nós temos a ideia de um sistema espaço-temporal singular de coisas materiais; a ideia de cada coisa material em qualquer tempo estando espacialmente relacionada, em vários modos, em vários tempos, para qualquer outro em qualquer momento. Não há dúvida nenhuma que tudo isso é nosso esquema conceitual. (*Ibidem.*, p. 35)

Os fatos que Strawson acha necessário que uma teoria deva dar conta são “que o campo de nossa observação é limitado; que nós dormimos; que nós nos movemos” (*Ibid.*, p. 32). Ou seja, toda sorte de fatos que indique que nossas situações de referência são extremamente transitórias. Mas, qual problema surge da afirmação conjunta dessas duas teses, por assim dizer? O problema é o seguinte: todos os fatos mencionados significam que a identidade de uma referência, no caso dos particulares espaços-temporais, é estritamente dependente das condições contextuais em que ela é realizada, ou seja, somente nos casos em que elocuições sucessivas não seriam tomadas como referências distintas é que poderá haver algo como identidade de referência – por exemplo, no caso em que uma pessoa ao referir identificadamente para um particular dissesse sucessivamente num breve íterim temporal: ‘Esse carro branco, esse carro de rodas prateadas, esse carro quatro portas, esse carro branco’, então, havendo certa inércia contextual, talvez pudesse ser afirmado que cada referência contém certa identidade, porém, talvez pudesse ser dito também que o falante fez apenas uma referência com um termo singular complexo gramaticalmente, mal formado. No entanto, em geral, embora nós ordinariamente tomemos certo grupo de usos referenciais como referindo para *o mesmo* particular, sem dúvida todas as referências

ocorridas são umas distintas das outras – por exemplo, se o falante estando em sua cama refere para seu companheiro de quarto ao amanhecer e, estando no mesmo lugar, refere à noite para *o mesmo* companheiro de quarto, então, mesmo assim, ele estaria fazendo duas referências distintas. Assim, concernente ao quadro de relações espaço-temporal, se nós buscamos justificar a singularidade do quadro desde as referências por meio das quais introduzimos os particulares do quadro, o resultado é que, em cada referência nós teríamos um quadro distinto e incomunicável com o outro e que, quando nós pensamos estar reidentificando um particular material, nós, na verdade, estamos apenas referindo para um novo particular a partir de um novo quadro, e, assim, estaríamos dizendo algo inteiramente distinto daquilo que nós realmente dizemos.

Agora, quais são as alternativas? Abrir mão da noção de quadro conceitual a qual é condição de possibilidade para que uma referência identificante possa ser feita possibilitando que nós mesmos possamos nos situar no mundo ao mesmo tempo em que situamos o falante, seu relato e o ambiente em que nos encontramos? Do fato de que nós não podemos, por meio de um caminho, explicar certa situação, não significa que tudo o que sabemos deve ser tomado como errôneo. Strawson evidentemente rejeita tal opção, uma vez que sua tarefa é meramente elucidar nosso conjunto ordinário de conceitos e não alterá-los ou substituí-los por outros melhores. Assim, Strawson inverte a cena.⁸ Uma vez que a noção de quadro conceitual é peça fundamental para a compreensão de nosso operar ordinário dos conceitos, “uma *condição* de nós termos esse esquema conceitual é a aceitação inquestionável da identidade de particulares em, pelo menos, alguns casos de observação não contínua”(Ibidem., p. 35),⁹ os quais nós não somente identificamos, mas também reidentificamos. Em suma, há um quadro unitário e singular de relações espaço-temporal que nós introduzimos, adornamos e aumentamos por meio de usos referenciais individualizantes. Mas o fato de que o quadro seja o mesmo nas inúmeras situações de referência se deve ao fato de que muitas das referências realizadas reidentificam os mesmos particulares outrora introduzidos no quadro, os quais dão sustentação ao quadro, justamente

⁸ Ou seja, Strawson faz uso de argumentos chamados argumentos transcendentais, os quais teriam a seguinte forma: Porque A é uma condição necessária para B, e, porque B é o caso, A deve ser também o caso.

⁹ Embora o problema da noção de observação não contínua possa ser tomado de várias formas distintas, aqui deve ser tomado como equivalente ao problema da identidade de referência.

porque tem certa duração temporal independente de nós referirmos a eles.¹⁰ Ou seja: um ouvinte A identifica certo particular C diretamente localizado em seu campo de visão. C deixa de fazer parte do campo de visão do ouvinte A, porém, tempos depois, C volta a ocupar um lugar no campo de visão de A, e A o reidentifica; logo, C existiu, independentemente de ser percebido por A. Assim, com o uso de tal argumento, Strawson pretende ter introduzido a noção de *independente*, a qual deve sustentar seu realismo.

5. Considerações finais

As descrições da noção de referência conduziram Strawson à noção de um quadro de relações espaço-temporais que é uma condição necessária para que ocorra identificação nos casos de referência não-demonstrativa. Tal quadro de relações espaço-temporais também consiste numa forma de compreender a atuação de nossa noção de realidade, o que fica evidente nos casos em que referimos a um particular juntamente com a afirmação de que o particular em questão não manteria qualquer relação espaço-temporal com os particulares diretamente localizáveis. No entanto, esse quadro de relações deve ser unitário e singular, uma vez que temos o sucesso pleno em comunicar sobre diversos particulares, muitos dos quais não temos qualquer conhecimento. Logo, deve ser porque esses particulares efetivamente existem independentes de nosso conhecimento acerca deles que nosso conhecimento acerca deles permanece unitário e singular.

Embora a noção de referência seja o instrumento de estruturação do argumento ontológico de Strawson, em último caso, Strawson faz uso de um argumento

¹⁰ Strawson admite que somente a relação entre os particulares dentro do quadro não é suficiente para que unicidade e unidade do quadro fiquem asseguradas. Por exemplo, somente conhecer a relação espacial que João manteve com Marcelo em certo tempo t e certa relação que João manteve com Lucas em certo tempo t' não é suficiente para determinar qualquer relação entre Marcelo e Lucas. Assim, é também necessário que nós sejamos capazes de reidentificar lugares a fim de que possamos determinar a relação entre outros particulares terceiros dentro do esquema. Porém, o que há, segundo Strawson, é “[...] uma complexa e intrincada interconexão entre as duas [noções]. Pois, de um lado, lugares são definidos somente em relação a coisas. E, de outro, um dos requerimentos para a identidade de uma coisa material é que sua existência, tanto quanto seu ser contínuo em tempo, deve ser contínuo em espaço” (1979, p. 37). De fato, uma dificuldade de entender esse exemplo acima se dá pelo fato de que pensar essas relações entre particulares já inclui pensá-las dentro de certo lugar, porém, o exemplo tenta mostrar que quando elas são pensadas apenas como relações entre objetos materiais, objetos terceiros não podem ter a identidade determinada, exceto se nós também reidentificamos lugares.

transcendental. No entanto, alguns filósofos¹¹ têm objetado a estratégia de Strawson afirmando que seu argumento não conseguiria revelar o índice lógico de independência requerido para a argumentação. Assim, ainda ficaria a possibilidade de analisar as suas descrições das condições de referência com vistas a buscar a elucidação do caráter independente propriamente dito dos particulares espaço-temporais.

Referências:

BERGMANN, G. Strawson's Ontology. *The Journal of Philosophy*. New York, v. 57, n. 19, sep. 15, p. 601-622, 1960.

KAMINSKY, J., *Language and Ontology*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1969.

STRAWSON, P. F. *Individuals: Essay of Descriptive Metaphysics*. London: Routledge, 1979.

_____. *Logico-linguistic Papers*. Aldershot: Ashgate, 2004.

Data de registro: 05/05/2010

Data de aceite: 02/08/2010

¹¹ Cf. Bergmann (1960) e Kaminsky (1969).